

HABEAS CORPUS Nº 548.765 - MG (2019/0357673-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : SAMIR ASSUNCAO ALVES
ADVOGADO : SAMIR ASSUNÇÃO ALVES - MG131518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ARTUR VINICIUS FARIA TEIXEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ARTUR VINICIUS FARIA TEIXEIRA contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.157550-5/000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 6 anos e 5 meses de reclusão, mais o pagamento de 641 dias-multa, sendo-lhe vedado o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva.

O Desembargador do Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar pleiteada (e-STJ fl. 9).

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que o decreto construtivo do paciente não apresenta fundamentação idônea, porquanto teria se baseado somente na reincidência e na gravidade abstrata do delito, e que os requisitos do art. 312 do CPP não são visualizados.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas, com a superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que

indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, *como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular* (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que se verifica no caso.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar o controle antecipado por este Superior Tribunal.

Seguem os motivos expostos na decreto prisional, contido na sentença (e-STJ fl. 19):

*[...]. O réu está sendo condenado pelo crime de tráfico de drogas, delito cuja natureza, por si só já é suficiente para a manutenção de sua segregação. Entendo que o traficante é o tipo mais perigoso que existe, entre os indivíduos ligados às drogas. Através de sua atuação, o vício difunde-se, deteriorando o organismo e despersonalizando o indivíduo. O ponto básico de toda a degradação moral e social dos toxicômanos, nada mais é do que o próprio traficante. Enriquecem à custa das vicissitudes alheias, exploram a miséria e vivem sobre a degradação moral daqueles que imploram a manutenção do vício. **Por tais motivos, mormente por ser reincidente, mantenho-o na prisão em que se encontra.** [...].*

Nesse sentido, "[s]e as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator